

Termelétrica Viana S/A

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Diretores da
Termelétrica Viana S/A**
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termelétrica Viana S/A (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Termelétrica Viana S/A em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado

Veja a Nota 3.a das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Sociedade possui registrado no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2019, R\$ 274.804 mil, referentes a investimentos realizados oriundos do direito de autorização de geração de energia elétrica que compreendem o custo de construção de usina termelétrica. A Sociedade avalia anualmente seus ativos de forma a assegurar que estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação, independentemente de existirem indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGCs"). A recuperação de seus ativos está suportada por estimativas, baseadas em informações geradas por estudos técnicos internos, os quais envolvem julgamento significativo sobre a realização do negócio, e que estão suportados por premissas, tais como a taxa de câmbio do dólar norte-americano, inflação e o valor da capacidade instalada por MegaWatts (MW), a fim de validar a premissa de venda dos ativos em mercado ao término do contrato.

Devido ao grau de subjetividade envolvido nas projeções de recuperação desses ativos, associado às incertezas inerentes ao ambiente regulatório em que a Sociedade opera, e aos impactos que eventuais alterações nas premissas subjacentes teriam nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Obtivemos o entendimento sobre a avaliação e o desenho dos controles chave relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação das premissas base para a elaboração dos estudos técnicos de impairment. Nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação e discussões com a Sociedade abrangendo o processo de preparação e revisão dos estudos técnicos baseados na avaliação a valor de mercado do ativo imobilizado, para corroborar as análises de recuperabilidade desse ativo. Adicionalmente avaliamos, a razoabilidade e consistência da análise utilizada comparando-a com dados obtidos de fontes externas. Efetuamos também a análise de sensibilidade que demonstra o impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis mudanças nas premissas-chave usadas pela Sociedade e avaliamos a consistência das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Baseados nos procedimentos de auditoria acima resumidos e nas evidências obtidas, consideramos aceitável o saldo do ativo imobilizado, assim como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa
Contador CRC RJ-100983/O-7

Termelétrica Viana S/A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.216	62	Fornecedores	12	15.841	3.157
Titulos e valores mobiliários			8.617	Juros sobre o Capital Próprio		1.650	1.000
Contas a receber de clientes	6	32.367	16.941	Debêntures	13	33.379	32.165
Serviços em curso		5.116	2.477	Tributos e contribuições sociais a recolher		3.784	1.496
Tributos a recuperar	7	2.491	1.451	Obrigações regulatórias	15	6.821	6.313
Estoques	8	16.961	18.991	Outros passivos		<u>2.975</u>	<u>2.922</u>
Despesas antecipadas	9	<u>826</u>	<u>2.262</u>			<u>64.450</u>	<u>47.053</u>
		<u>61.977</u>	<u>50.801</u>				
				Não circulante			
				Debêntures		98.799	126.324
				Provisão para Contingência	22	350	-
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	81.826	73.108
				Obrigações Vinculadas à Autorização e Permissão Pública		<u>2.335</u>	<u>2.419</u>
Não circulante						<u>183.310</u>	<u>201.851</u>
Despesas antecipadas	9	314	393				
Imobilizado	10	274.804	285.145				
Intangível	11	<u>100</u>	<u>49</u>	Patrimônio líquido	16		
		<u>275.218</u>	<u>285.587</u>	Capital social		75.000	75.000
				Reserva legal		12.140	10.280
				Reserva de Retenção de Lucros		-	2.204
				Dividendos Adicionais Propostos		<u>2.295</u>	<u>-</u>
						<u>89.435</u>	<u>87.484</u>
		<u>337.195</u>	<u>336.388</u>			<u>337.195</u>	<u>336.388</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Termelétrica Viana S/A

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida	17	132.505	245.173
Custo sobre serviços prestados	18	<u>(55.625)</u>	<u>(165.690)</u>
Lucro bruto		76.880	79.483
Despesas gerais e administrativas	19	(6.490)	(6.162)
Outras receitas		<u>91</u>	<u>18</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>70.481</u>	<u>73.339</u>
Receita Financeira		721	1.069
Despesa Financeira		<u>(17.014)</u>	<u>(19.365)</u>
Resultado financeiro	20	(16.293)	(18.296)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>54.188</u>	<u>55.043</u>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	14.b	(8.807)	(8.185)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	14.b	<u>(8.180)</u>	<u>(9.675)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>37.201</u>	<u>37.183</u>
Lucro por ação (básico e diluído)		0,265	0,265

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Termelétrica Viana S/A

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	37.201	37.183
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>37.201</u></u>	<u><u>37.183</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Termelétrica Viana S/A

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de Lucros</u>					
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de retenção de Lucros	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2017	75.000	8.421	4.970	-	-	88.391
Pagamento de dividendos	-	-	(4.969)	-	-	(4.969)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	37.183	37.183
Destinação do resultado:	-	1.859	2.203	-	(4.062)	-
Dividendos intercalares e JCP	-	-	-	-	(33.121)	(33.121)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>75.000</u>	<u>10.280</u>	<u>2.204</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>87.484</u>
Pagamento de dividendos	-	-	(2.204)	-	-	(2.204)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	37.201	37.201
Destinação do resultado:	-	1.860	-	-	(1.860)	-
Dividendos Adicional Proposto	-	-	-	2.295	(2.295)	-
Dividendos intercalares e JCP	-	-	-	-	(33.046)	(33.046)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>75.000</u>	<u>12.140</u>	<u>-</u>	<u>2.295</u>	<u>-</u>	<u>89.435</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Termelétrica Viana S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido	37.201	37.183
Ajuste		
IR e CS Diferido	8.180	9.675
Depreciação do imobilizado	11.687	11.291
Amortização do intangível	18	19
Baixa de ativo imobilizado	190	-
Despesa de juros sobre debentures	10.457	12.152
Atualização Monetária de debentures	6.202	6.429
Atualização de títulos e valores imobiliários		(1.121)
	<u>73.935</u>	<u>75.628</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(15.426)	38.054
Estoque	2.030	(4.684)
Tributos a recuperar	(1.040)	1
Outros ativos	(1.125)	2.850
Fornecedores	12.684	(30.624)
Obrigações regulatórias	509	(1.873)
Tributos e contribuições a recolher	10.297	6.256
Tributos e contribuições - diferido	538	1.391
Outros passivos	318	1.127
Compensação de IRPJ e CSLL	(8.009)	(6.100)
Juros pagos	(10.486)	(12.216)
	<u>64.225</u>	<u>69.810</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(286.068)
Resgate de Títulos e Valores Mobiliários	8.617	289.498
Aquisições de ativo intangível	(69)	(28)
Aquisições de ativo imobilizado	(1.535)	(4.193)
	<u>7.013</u>	<u>(791)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e JCP pagos	(34.600)	(38.090)
Amortização de debentures.	(32.484)	(31.288)
	<u>(67.084)</u>	<u>(69.378)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.154</u>	<u>(359)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>62</u>	<u>421</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>4.216</u></u>	<u><u>62</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Termelétrica Viana S.A. ("Sociedade ") é uma sociedade por ações de capital fechado, com prazo de duração indeterminado, com sede no Rio de Janeiro, cujo objeto social é a geração e a comercialização de energia elétrica por meio da construção e exploração da usina termelétrica UTE Viana, situada no município de Viana, estado do Espírito Santo.

A UTE Viana compreende a construção de uma unidade geradora de energia com capacidade instalada de 174,6 MW e instalações de interligação associadas e opera com motores que utilizam como combustível o óleo combustível de baixo teor de enxofre (OCB1).

Através do Leilão ANEEL nº 002/2007, a Sociedade concretizou a venda de toda sua energia por meio de um "contrato de disponibilidade" assinado com 37 distribuidoras integrantes do Sistema Interligado Nacional, que compraram energia no referido Leilão.

A energia gerada pela UTE é distribuída por meio de uma nova linha de conexão na tensão de 345 kV com 1 km de extensão, construída com a finalidade de conectar a Usina à subestação de Furnas, em Viana.

Em 2009 foi concluída a obra de construção da UTE Viana, sendo esta a primeira Termelétrica do Leilão ANEEL nº 002/2007 a obter licença de operação e entrou em operação comercial em 6 de janeiro de 2010. Os bens da Sociedade não serão reversíveis no final do prazo de autorização, que se encerrará em dezembro de 2043.

O controlador da Sociedade é o Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (FIP).

A Sociedade goza de incentivos fiscais no Estado do Espírito Santo, dentre eles o diferimento do ICMS nas aquisições de máquinas e equipamentos, destinados à integração no ativo imobilizado e para as compras do óleo combustível (OCB1), quando adquiridos internamente no Estado, reduzindo a carga tributária efetiva, conforme cláusulas 3ª do Termo de Acordo INVEST-ES 124/2008.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e a Lei das S.A, evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 28 de fevereiro de 2020.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1 Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários.

2.4 Instrumentos financeiros

2.4.1 *Classificação e mensuração de ativos financeiros*

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros é de acordo com o CPC 48, sendo baseado no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial

2.4.2 *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" no período em que ocorrem.

2.4.3 *Mensurados ao custo amortizado*

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Sociedade compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.4.4 *Valor justo*

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. A Sociedade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

A Sociedade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

2.5 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e geração de energia produzida pela usina. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão de Perda de Crédito Esperada “PECLD (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda esperada, se necessária.

2.6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

2.7 Imobilizado

Terreno, máquinas e equipamentos, custos financeiros e custos gerais com a construção da planta, compreendem o custo de construção da usina termelétrica.

O imobilizado é depreciado considerando a vida-útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos para máquinas e equipamentos e edificações, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização pelo poder concedente; 10 anos para moveis e utensílios, e os demais bens 5 anos,.

2.8 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.10 Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

2.11 Debêntures

As debêntures emitidas foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa para contribuição social e sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

2.13 Capital

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.14 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor presente na prestação de serviço de disponibilidade, geração de energia e de receita realizada até a data do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado com base nos valores estabelecidos nos contratos CCEAR (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado), os quais são reajustados pelo IPCA em novembro de cada ano.

2.15 Mudanças nas principais políticas contábeis

I Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Adicionalmente, o CPC 06 (R2) substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A sociedade analisou os efeitos da adoção da nova norma e o impacto do CPC 06 (R2) nos registros, e considerando os contratos e a operação realizadas no exercício de 2019, não identificou impacto na adoção.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

a. Perda (*impairment*) estimada de ativos não financeiros

Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Sociedade analisou e não identificou nenhum indicativo de *impairment*.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

a. Risco de crédito

A Sociedade vendeu no Leilão 2007/2 a totalidade de sua energia, garantida sob o Regime Regulatório, onde sua receita é proveniente de contratos regulatórios. Com isso, toda sua receita vem de contratos regulados que contém penalidades em caso de inadimplemento, tais como multa, juros e correção monetária, bem como implicações negativas para os clientes que descumprirem suas obrigações com a sociedade (inscrição no cadastro de inadimplentes perante a ANEEL). Sendo assim, entendemos que não há risco de crédito pela natureza dos contrato.

b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Sociedade, sendo sua projeção monitorada continuamente, com a intenção de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Sociedade é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Os vencimentos das debêntures, considerando os juros contratuais, estão demonstrados a seguir:

2020	33.379
2021	32.933
2022	32.933
2023	32.933
	<hr/>
	132.178
	<hr/>

c. Risco de taxa de juros

A Sociedade não está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita à variação do IPCA, entretanto as receitas fixas dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulatório - CCEAR estão indexados pelo IPCA.

d. Valorização dos instrumentos financeiros

A Sociedade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e debêntures.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a seis meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade, em 31 de dezembro de 2019 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

- (i) *Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos financeiros circulantes e fornecedores*
Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.
- (ii) *Debêntures*
Os valores de mercado das debêntures se aproximam dos valores contabilizados.
- (iii) *Instrumentos financeiros derivativos*
A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2019 e 2018.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras sociedades do setor, a Sociedade monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. O nível de endividamento da Sociedade é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2019 e 2018 podem ser assim sumariados:

	2019	2018
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)	<u>247.760</u>	<u>248.904</u>
Total do patrimônio líquido	<u>89.435</u>	<u>87.484</u>
Índice de alavancagem financeira	2,77	2,85

4.3 Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2019	
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Caixa e equivalente de caixa	4.216	4.216
Clientes	<u>32.367</u>	<u>32.367</u>
	<u>36.583</u>	<u>36.583</u>

	Valor contabil	Valor Justo
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Fornecedores	15.841	15.841
Debentures	<u>132.178</u>	<u>132.178</u>
	<u>148.019</u>	<u>148.019</u>

	31/12/2018	
	Valor contabil	Valor Justo
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Caixa e equivalente de caixa	62	61
Titulos e Valores Mobiliários	8.617	8.617
Clientes	<u>16.941</u>	<u>16.941</u>
	<u>25.620</u>	<u>25.620</u>

	Valor contabil	Valor Justo
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Fornecedores	3.157	3.157
Debentures	<u>158.489</u>	<u>158.489</u>
	<u>161.646</u>	<u>161.646</u>

4.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

4.5 Análise de Sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Sociedade, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2019 e 2018

2019					
Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI	Aplicações financeiras	31	3,94% 1	5,94% 2	7,94% 2
IPCA	Debêntures	132.178	2,31% 3.053	4,31% 5.697	6,31% 8.340
2018					
Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI	Aplicações financeiras	8.617	4,42% 381	6,42% 553	8,42% 726
IPCA	Debêntures	158.489	1,75% 2.774	3,75% 5.943	5,75% 9.113

4.6 Novas normas e interpretação ainda não efetuada efetivada

Uma série de novas normas serão efetivadas para o exercício iniciados após 1º de Janeiro de 2019. A Sociedade não adotou as citadas normas, por considerar que não terão impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

- Alteração nas referencias à estrutura Conceitual nas normas IFRS
- Definição de negocio (alteração ao CPC/IFRS 3)
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8)
- IFRS 17 Contratos de Seguro

5 Caixa e equivalente de Caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e banco	4.185	62
Aplicações financeiras *	<u>31</u>	<u>-</u>
	<u><u>4.216</u></u>	<u><u>62</u></u>

- (*) As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras possuem liquidez imediata, e não possuem vencimentos e risco de variação significativa do valor caso de resgate antecipado.

6 Contas a receber de clientes

	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidade	10.543	14.469
Fornecimento de energia gerada (a)	13.197	234
Receita de venda no mercado de curto prazo	<u>8.627</u>	<u>2.238</u>
	<u><u>32.367</u></u>	<u><u>16.941</u></u>

- (a) Em dezembro de 2019, para atendimento aos depachos pelo ONS (Operador Nacional do Setor Elétrico), a Sociedade realizou operações de geração e venda de energia, o que acrescentou significativamente o saldo do contas a receber.

A Sociedade analisou o seu contas a receber e não identificou perda de crédito esperada (PCE). O prazo de 45 dias é atendido por toda a carteira do contas a receber.

7 Tributos a recuperar

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	14	35
PIS e COFINS sobre compra de matéria-prima e O&M	28	181
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	973	435
PIS a recuperar (insumo)	256	32
COFINS a recuperar (insumo)	1.179	149
Contribuição Social e Imposto de Renda a compensar	<u>41</u>	<u>619</u>
	<u><u>2.491</u></u>	<u><u>1.451</u></u>

8 Estoque

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo de estoques da Sociedade é composto em sua maioria de óleo adquirido da BR Distribuidora. Como segue a composição do saldo:

	31/12/2019	31/12/2018
Óleo OCB1	9.927	12.043
Óleo diesel	61	32
Lubrificantes	250	415
Almoxarifado (sobressalentes)	<u>6.723</u>	<u>6.501</u>
	<u><u>16.961</u></u>	<u><u>18.991</u></u>

9 Despesas antecipadas

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Seguro (*)	530	537
Adiantamento a empregados	197	183
Adiantamento a fornecedores	<u>99</u>	<u>1.542</u>
	<u><u>826</u></u>	<u><u>2.262</u></u>
Não Circulante		
Custo com emissão de debenture	<u>314</u>	<u>393</u>
	<u><u>314</u></u>	<u><u>393</u></u>

(*) Referem-se à contratação de seguro no valor de R\$ 456 (em 2018 R\$ 420) para cobertura de riscos operacionais da planta, veículos e seguro de responsabilidade civil para os executivos da mesma e, no valor de R\$ 74 (em 2018 R\$ 117) custos sobre a emissão das debêntures.

10 Imobilizado

O imobilizado de máquinas e equipamentos e edificações são depreciados considerando a vida-útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente. Os móveis e utensílios e veículos são depreciados a 10% e 20%, respectivamente.

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Em curso	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2018	4.300	16.560	260.440	656	148	10.139	292.243
Aquisição	-	14	1.387	25	80	2.687	4.193
Transferencia	-	7.263	3.048	(172)	-	(10.139)	-
Depreciação	-	(863)	(10.369)	(18)	(41)	-	(11.291)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.300	22.974	254.506	491	187	2.687	285.145
Saldo em 01 de janeiro de 2019	4.300	22.974	254.506	491	187	2.687	285.145
Aquisição	-	5	319	-	-	1.211	1.535
Transferencia	-	61	2.019	-	-	(2.080)	-
Baixa de bens	-	-	(172)	-	(42)	(5)	(219)
Depreciação	-	(882)	(10.540)	(210)	(55)	-	(11.687)
Baixa de depreciação	-	-	-	-	29	-	29
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.300	22.158	246.132	281	119	1.813	274.803
VOC (valor original)	4.300	29.460	344.079	644	334	1.813	380.631
DAC (Depreciação acumulada)	-	(7.301)	(97.947)	(363)	(215)	-	(105.827)
Valor residual	4.300	22.159	246.132	281	119	1.813	274.804

11 Intangível

O intangível é composto de software e licenças e a taxa utilizada para a amortização é de 20%.

	Software/licença	Em curso	Total
Saldo em 01 de dezembro de 2018	40	-	40
Adição	28	-	28
Amortização	(19)	-	(19)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	49	-	49
Adição de Licença de uso	67	2	69
Amortização	(18)	-	(18)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	98	2	100
VOC (Valor original)	140	2	142
AAC (amortização acumulada)	(42)	-	(42)
Saldo residual	98	2	100

12 Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Comercializadora de energia	1.804	314
Combustíveis - OCB1 (a)	12.256	-
Materiais	-	1.115
Outros	1.781	1.728
	<u>15.841</u>	<u>3.157</u>

- (a) Adquiridos da BR Distribuidora S/A em dezembro de 2019 para reposição do estoque. Em comparação com o ano anterior essa operação não foi necessária visto o nível satisfatório dos tanques de combustível.

13 Debêntures

Em 20 de dezembro de 2012, a Sociedade fez a emissão privada de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$ 245.000, atualizadas pelo IPCA mais remuneração de 7,25% ao ano.

2019					
	Vencimento	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal	Saldo atualizado
1ª série	15.03.2023	557	100	55.700	30.051
2ª série	15.06.2023	557	100	55.700	30.050
3ª série	15.09.2023	557	100	55.700	30.050
4ª série	15.12.2023	779	100	77.900	42.027
		<u>2.450</u>	-	<u>245.000</u>	<u>132.178</u>
	Taxa anual de juros a.a.	Valor original	Juros	Total	
Debêntures emitidas	7,25 + IPCA	131.812	367	<u>132.178</u>	
Circulante	-	-	-	<u>33.379</u>	
Não circulante	-	-	-	<u>98.799</u>	

2018					
	Vencimento	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal	Saldo atualizado
1ª série	15.03.2023	557	100	55.700	39.646
2ª série	15.06.2023	557	100	55.700	39.646
3ª série	15.09.2023	557	100	55.700	39.646
4ª série	15.12.2023	<u>779</u>	100	<u>77.900</u>	<u>39.551</u>
		<u>2.450</u>		<u>245.000</u>	<u>158.489</u>
	Taxa anual de juros a.a.	Valor original	Juros		Total
Debêntures emitidas	7,25 + IPCA	158.095	394		<u>158.489</u>
Circulante	-	-	-		<u>32.165</u>
Não circulante	-	-	-		<u>126.324</u>

Composição da dívida de longo prazo por vencimento:

	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	31.581
2021	32.933	31.581
2022	32.933	31.581
2023	<u>32.933</u>	<u>31.581</u>
	<u>98.799</u>	<u>126.324</u>

A movimentação das debêntures para adição e liquidação, estão apresentadas conforme abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	158.489	183.412
Adição	-	-
Atualização – IPCA	6.202	6.429
Despesas de Juros	<u>10.457</u>	<u>12.152</u>
Baixa		
Amortização do principal	(32.484)	(31.288)
Atualização de juros	<u>(10.486)</u>	<u>(12.216)</u>
	<u>132.178</u>	<u>158.489</u>

a. Garantias

As debêntures possuem as seguintes garantias reais: (a) alienação fiduciária de bens móveis de propriedade da Sociedade por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Móvel em Garantia e Outras avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, (b) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da Sociedade, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário e (c) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes da exploração da autorização emitida por intermédio do Ministério de Minas e Energia por meio da Portaria no 13 de 16 de janeiro de

2008, que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normais legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, sem limitar : (a) todos os direitos creditórios e quaisquer recursos, atuais ou futuros, decorrentes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR celebrados pela Sociedade e (b) todos os direitos, presentes e futuros, detidos pela Emissora em relação à conta vinculada na qual serão depositados os direitos creditórios acima referidos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Direitos Emergentes da Autorização em Garantia e Outras Avenças a ser celebrado, entre a Sociedade e o Agente Fiduciário (Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários).

Cláusulas restritivas as debêntures

O índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, que fora atendido em 31 de dezembro de 2019.

14 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	31/12/2019	31/12/2018
Diferido passivo		
Ajuste decorrente de diferença de taxa de depreciação (fiscal x prazo de autorização)	81.826	73.108
	<u>81.826</u>	<u>73.108</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	<u>81.826</u>	<u>73.108</u>

b. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social corrente

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	54.189	55.043
Juros sobre o Capital Próprio	(4.650)	(3.800)
	<u>49.539</u>	<u>51.243</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (ajustado)	49.539	51.243
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	16.843	17.423
Bônus e gratificações	22	305
Doações e patrocínios	26	40
Outras adições e exclusões	96	92
	<u>16.987</u>	<u>17.860</u>
Imposto de renda e Contribuição social – corrente	8.807	8.185
Imposto de renda e Contribuição social – diferido	8.180	9.675
	<u>16.987</u>	<u>17.860</u>
	<u>16.987</u>	<u>17.860</u>

15 Obrigações regulatórias

	31/12/2019	31/12/2018
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	6.784	6.275
Taxa de fiscalização	37	38
	6.821	6.313

16 Patrimônio Líquido

O capital social da Sociedade em 2019 e 2018 é de R\$ 75.000 integralizado em sua totalidade pelo Fundo de Investimento em Participações Brasil e Energia (FIPBE), representado por 140.318 ações ordinárias nominativas.

a. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- Após qualquer retenção prevista no orçamento anual, o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembléia Geral.

Qualquer valor distribuído aos acionistas que seja superior aos 25% dos dividendos obrigatórios deverão ser autorizados.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c. Dividendos Adicionais Propostos

A Sociedade destinou o valor de R\$ 2.295 (em 31 de dezembro de 2018 R\$ 0) para a conta de dividendos adicionais propostos.

d. Dividendos e Juros sobre o capital Próprio Pagos

Os dividendos e juros sobre o capital próprio registrados e pagos, no exercício 2019 e 2018 foram aprovados pelo Conselho da Administração, conforme abaixo:

2019

Reunião do Conselho de Administração	Descrição	Pagamento	Valor
81º RCA de 31 de dezembro de 2018	Juros sobre o capital próprio	30/01/2019	1.000
84º RCA de 29 de março de 2019	Juros sobre o capital próprio	30/04/2019	1.000
86º RCA de 28 de junho de 2019	Juros sobre o capital próprio	30/07/2019	1.000
89º RCA de 29 de setembro de 2019	Juros sobre o capital próprio	23/10/2019	1.000
83º RCA de 08 de dezembro de 2019	Dividendos do exercício de 2018	30/04/2019	2.203
83º RCA de 08 de março de 2019	Dividendos intercalares	30/04/2019	6.900
87º RCA de 16 de julho de 2019	Dividendos intercalares	30/07/2019	8.672
89º RCA de 30 de setembro de 2019	Dividendos intercalares	23/10/2019	8.825
91ª RCA de 06 de dezembro de 2019	Dividendos intercalares	06/12/2019	4.000
			34.600

2018

Reunião do Conselho de Administração	Descrição	Pagamento	Valor
71º RCA de 29 de dezembro de 2018	Juros sobre o capital próprio	30/01/2018	1.000
73º RCA de 12 de março de 2018	Juros sobre o capital próprio	30/04/2018	1.000
75º RCA de 30 de abril de 2018	Juros sobre o capital próprio	30/05/2018	800
76º RCA de 29 de junho de 2018	Juros sobre o capital próprio	31/07/2018	1.000
71º RCA de 29 de dezembro de 2018	Dividendos do exercício 2017	30/04/2018	4.969
73º RCA de 12 de março de 2018	Dividendos intercalares	30/04/2018	6.692
77º RCA de 19 de julho de 2018	Dividendos intercalares	31/07/2018	6.629
79º RCA de 17 de outubro de 2018	Dividendos intercalares	30/10/2018	10.000
80º RCA de 13 de dezembro de 2018	Dividendos intercalares	28/12/2018	6.000
			38.090

17 Receita líquida

	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidade	123.908	119.107
Fornecimento de energia gerada	22.170	145.085
Receita de Venda no mercado de Curto parzo	27.980	37.454
Anulação valor de fornecimento	-	(205)
Pis e Cofins	(16.105)	(27.885)
Encargos do Consumidor	(1.555)	(2.708)
Compra de energia	(23.891)	(25.675)
	132.507	245.173

18 Custo sobre os serviços prestados

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(9.584)	(8.713)
Materiais (a)	(20.736)	(124.556)
Serviços de terceiros	(9.503)	(9.926)
Depreciação	(11.410)	(11.167)
Compra de energia	(3.044)	(8.331)
Outras despesas	(1.348)	(2.997)
	(55.625)	(165.690)

- (a) Refere-se a redução significativa do consumo do óleo combustível OCB1 (HFO), 94% do total da conta. Insumo utilizado para fazer a combustão dos motores na geração de energia. Esse efeito foi provocado pela redução dos despacho para a geração de energia no ano de 2019.

19 Despesas Gerais e administrativas

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(3.478)	(2.414)
Materiais	(116)	(97)
Serviços de terceiros	(2.511)	(2.730)
Depreciação/Amortização	(211)	(98)
Outras despesas	(174)	(823)
	(6.490)	(6.162)

20 Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas financeiras		
Juros de debêntures	(10.457)	(12.152)
Atualização Monetária de debêntures	(6.202)	(6.429)
Comissão de fiança	(204)	(98)
Outras	<u>(151)</u>	<u>(686)</u>
	<u>(17.014)</u>	<u>(19.365)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação	571	1.069
Outras	<u>150</u>	<u>-</u>
	<u>721</u>	<u>1.069</u>
	<u>(16.293)</u>	<u>(18.296)</u>

21 Honorários dos administradores

O total pago, no exercício de 2019 referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Sociedade somaram R\$ 1.010. No exercício de 2018 o total foi de R\$ 974.

22 Contingências

A Sociedade é parte envolvida em ações no âmbito administrativo, principalmente na esfera ambiental e no judiciário, na esfera trabalhista.

A Administração, de acordo com o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Sociedade em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável

São constituídas provisões.

II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível

As informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas.

III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto

Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Contábeis.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Sociedade possuía ações trabalhistas e ambientais conforme a seguir:

As ações trabalhistas movidas por ex- empregados da sociedade, com pedido de reintegração nos quadros, reconhecimento de unicidade contratual, danos morais e pagamentos dos salários e demais consectários desde a dispensa até a reintegração requerida; reconhecimento de vínculo empregatício e retificação da data de admissão em CTPS com os pagamentos de renumerações de salários e seus reflexos, adicional de sobreaviso e de gratificação, danos morais, multa do Art. 467 da CLT e, também ação por ex-empregados da PGM Service, empresa terceirizada (responsabilidade solidária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outros. Em 31 de dezembro de 2019 a Sociedade registrou provisão no valor de R\$ 350 para as causas com probabilidade de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade apresentava causas trabalhistas de mesma natureza, com probabilidade de perda possível no valor de R\$ 444 (em 31 de dezembro de 2018 R\$546).

Com relação as causas administrativas ambientais, a Sociedade possui apenas causas com probabilidade de perda possível, no valor é de R\$ 90 em 31 de dezembro de 2019.

23 Seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R\$ 299.000 (Obras civis R\$ 10.000, unidades geradoras R\$ 231.000, Transformadores R\$ 6.000 e Matéria Prima R\$ 9.000, para responsabilidade civil dos administradores e diretores R\$ 25.000 milhões, responsabilidade civil geral R\$ 6.000, riscos ambientais R\$ 10.000, outros R\$ 2.000).

* * *

Marcelo Pedreira de Oliveira
Diretor Presidente

Francisco Vicente Santana Silva Telles
Contador
CRC/RJ 092.850/o-0